

## INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: Contribuições das Políticas Públicas Para a Região da Amazônia Legal

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.16796>

Submetido em: 12/5/2024

Aceito em: 9/7/2025

Publicado em: 22/10/2025

Michele Silva Costa Sousa<sup>1</sup>, Waldecy Rodrigues<sup>2</sup>  
Mônica Aparecida da Rocha<sup>3</sup>, Diego Neves de Sousa<sup>4</sup>

### RESUMO

No Brasil, diversas estratégias vêm sendo desenvolvidas com o intuito de promover a internacionalização das Instituições de Ensino Superior por meio de políticas públicas. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à internacionalização do Ensino Superior na região amazônica brasileira a partir de uma revisão sistemática da literatura. Os estudos analisados mostram que a internacionalização nessa região enfrenta desafios significativos, especialmente em razão das desigualdades regionais e socioeconômicas que marcam o país. Tais desigualdades dificultam o acesso equitativo às oportunidades de internacionalização, favorecendo a concentração de recursos e benefícios em determinadas áreas geográficas ou instituições. Diante disso, torna-se essencial a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades da Amazônia Legal com estratégias adaptadas à sua realidade, de modo a garantir uma internacionalização mais inclusiva e equilibrada.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Pós-Graduação; assimetrias regionais.

### INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF PUBLIC POLICIES TO THE LEGAL AMAZON REGION

### ABSTRACT

In Brazil, various strategies have been developed to promote the internationalization of higher education institutions through public policies. In this context, the present study aims to analyze public policies directed at the internationalization of higher education in the Brazilian Amazon region, based on a systematic literature review. The analyzed studies indicate that internationalization in this region faces significant challenges, especially due to the regional and socioeconomic inequalities that characterize the country. Such inequalities hinder equitable access to internationalization opportunities, leading to a concentration of resources and benefits in specific geographic areas or institutions. Therefore, it is essential to formulate public policies that take into account the specificities of the Legal Amazon, with strategies tailored to its realities, in order to ensure a more inclusive and balanced process of internationalization.

**Keywords:** Higher education; Postgraduate studies; regional asymmetries.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Tocantins – Ufto. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7250-3200>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Tocantins – Ufto. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Tocantins – Ufto. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3323-7712>

<sup>4</sup> Embrapa Pesca e Aquicultura. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

## INTRODUÇÃO

Entende-se por internacionalização do Ensino Superior, segundo Altbach e Knight (2007), o conjunto de políticas e práticas adotadas por sistemas acadêmicos, instituições e indivíduos com o objetivo de se adaptar ao ambiente acadêmico global, sendo impulsionada pelas dinâmicas econômicas e acadêmicas do século 21. Neste estudo adota-se uma concepção ampliada de internacionalização, que abrange não apenas a mobilidade de estudantes e docentes, mas, também, a cooperação científica, a integração curricular e as estratégias institucionais que possibilitam a inserção internacional das instituições, mesmo sem deslocamento físico de seus membros.

A internacionalização da educação superior envolve diversas expectativas e possibilidades para as instituições de ensino, e refere-se a uma estratégia adotada pelas universidades para atender às exigências dos processos de globalização. Nesse sentido, destaca-se a introdução de medidas governamentais com o objetivo de aprimorar a participação do Brasil na construção do conhecimento científico e tecnológico. As universidades desempenham um papel crucial nesse processo, uma vez que promovem intervenções para adaptar suas estruturas internas e aproveitar ao máximo os incentivos governamentais e das agências de fomento nacionais e internacionais (Tosta; Stallivieri; Tosta, 2016).

As primeiras políticas públicas voltadas para a promoção da Pós-Graduação no Brasil surgiram na década de 1970, quando foi iniciado o fortalecimento institucional desse grau de ensino por meio de ações de mobilidade acadêmica dos professores para o exterior. Nesse período houve o fortalecimento dos acordos de cooperação internacional com o objetivo de qualificar os colaboradores das universidades e, conseqüentemente, os profissionais ligados aos Programas de Pós-Graduação (PPG) (Feijo, 2016).

A história da Pós-Graduação no Brasil está intrinsecamente ligada à criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme documentado nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), como indicado no Quadro 1. Isso demonstra que a política da Capes foi evoluindo ao longo do tempo e a internacionalização gradualmente tornou-se um elemento crucial para a busca da excelência nas Instituições de Ensino Superior.

Quadro 1 – Síntese dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e suas ênfases

| Plano    | Período        | Ênfase                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I PNPG   | 1975 a 1979    | Formação de especialistas para o sistema universitário e para os setores industrial e público.                                                                                                                                                                           |
| II PNPG  | 1982 a 1985    | Aperfeiçoamento da qualidade da formação em nível de Pós-Graduação.                                                                                                                                                                                                      |
| III PNPG | 1986 a 1989    | Importância estratégica da Pós-Graduação para a autonomia nacional.                                                                                                                                                                                                      |
| IV PNPG  | Não promulgado | Diversificação do modelo de Pós-Graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação.                                                                                                                              |
| V PNPG   | 2005 a 2010    | Minoração das assimetrias regionais, aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da Pós-Graduação e impacto da Pós-Graduação na sociedade e no setor produtivo.                                                                                                   |
| VI PNPG  | 2011 a 2020    | Melhoria da qualidade da Educação Básica, formação de recursos humanos para os setores considerados estratégicos, busca da internacionalização e da cooperação internacional da pesquisa e dos programas de Pós-Graduação, e estímulo ao financiamento da Pós-Graduação. |

Fonte: Adaptado de Cabral *et al.* (2020).

De forma geral, observa-se que a formulação de políticas públicas para a educação superior é influenciada pela concepção que os governos têm sobre a relação entre universidade, Estado e sociedade, uma vez que possuem suas próprias ideologias e interesses políticos (Silva, 2019).

Os setores da Pós-Graduação desempenham atribuições fundamentais na capacitação de recursos humanos qualificados e na produção de ideias complexas que impulsionam os avanços científicos e inovadores. Além disso, desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento técnico-científico para benefício da sociedade em geral (Brennan; King; Lebeau, 2004). Afinal, como acentua Goergen (2012), as atividades de pesquisa, ensino e extensão devem estar alinhadas com as estratégias globais, uma vez que essas ações podem contribuir efetivamente para o processo de internacionalização da universidade, disseminando o conhecimento em outras línguas por intermédio de publicações de impacto internacional, por exemplo.

Dessa forma, a internacionalização configura-se como um recurso que impulsiona os sistemas de educação superior (e suas instituições) a atenderem às demandas por educação no mundo globalizado. Ao considerar que o Brasil é um país emergente, investir na internacionalização do Ensino Superior é uma etapa crucial para sua inserção em políticas educacionais globais e processos de intercooperação entre instituições estrangeiras (Luce; Fagundes; Mediel, 2016).

No contexto brasileiro, a região amazônica, composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, que, juntos, formam a chamada Amazônia Legal, é historicamente marcada por uma posição periférica na economia nacional e por desigualdades ainda mais acentuadas nas áreas científica e tecnológica. Essa região abriga uma diversidade de Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo universidades federais, como a Universidade Federal do Pará (Ufpa), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Universidade Federal do Acre (Ufac), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Universidade Federal de Rondônia (Unir), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal do Amapá (Unifap), a Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), além de institutos federais e universidades estaduais. Verifica-se, no entanto, que apenas 5,7% dos doutores do país atuam nessa região, que responde por apenas 2,0% da produção científica nacional e 2,1% das patentes depositadas (Rodrigues; Rodrigues, 2013). Esses dados evidenciam as dificuldades enfrentadas pela região para atrair e reter doutores e pesquisadores qualificados, o que limita significativamente o processo de internacionalização do Ensino Superior na Amazônia Legal.

Apesar dos déficits do Ensino Superior nessa região brasileira, observa-se um crescimento na oferta de cursos de Pós-Graduação na Amazônia Legal. Entre 2000 e 2015, essa oferta aumentou de 2,7% para 7,4%, em relação ao panorama nacional. Para dar continuidade a esse crescimento, é necessário que o ambiente institucional, que envolve o meio acadêmico, estimule pesquisas relacionadas às demandas e especificidades regionais e à produção de artigos em periódicos científicos de alto impacto (Rodrigues, 2017).

Diante da escassez de estudos sobre a dinâmica do ensino superior na região amazônica (Rodrigues, 2017), especialmente no que se refere à sua relação com a internacionalização, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas públicas podem contribuir para ampliar o acesso das universidades da Amazônia Legal às oportunidades de

internacionalização. Considerando as desigualdades regionais e institucionais presentes no país, torna-se fundamental analisar estratégias que promovam uma internacionalização mais inclusiva, capaz de atender às especificidades da região e de fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e social de forma equitativa. Nesse contexto, busca-se analisar as políticas públicas voltadas à internacionalização do Ensino Superior na região amazônica brasileira a partir de uma revisão sistemática da literatura<sup>5</sup>.

## POLÍTICAS PÚBLICAS: APROFUNDANDO O CONCEITO

As questões sociais relacionadas aos direitos garantidos pelo Estado para a população excluída em países capitalistas que enfrentavam altos níveis de desigualdade e vulnerabilidade, ganharam mais relevância a partir do século 20. Atribui-se a esse fato o processo de industrialização e modernização dos meios de produção que provocaram impactos sociais negativos na sociedade em geral (Esping-Andersen, 1991; Arretche, 1995).

Embora já existissem algumas experiências que buscavam minimizar os problemas enfrentados por determinados grupos excluídos da sociedade, o fenômeno do “*welfare state*”<sup>6</sup>, também conhecido como estado de bem-estar social, ganhou destaque e se institucionalizou somente após os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Foi no contexto desses eventos, que transformaram completamente a dinâmica da sociedade, que as políticas públicas surgiram, com destaque para as políticas sociais, que se tornaram universais, buscando enfrentar os inúmeros problemas enfrentados pelos indivíduos em áreas como aposentadoria, habitação, educação, saúde, dentre outras (Esping-Andersen, 1991; Arretche, 1995).

É fundamental compreender as políticas públicas como um processo de solução de problemas, especialmente aqueles relacionados à desigualdade, exclusão, repressão, insegurança, discriminação e/ou pobreza de grupos de indivíduos estabelecidos. Isso leva o Estado a intervir para atender e modificar determinadas situações. Nesse sentido, as políticas públicas constituem um conjunto de ações intencionais e causais do Estado que têm como propósito alcançar objetivos de interesse público, isto é, resolver problemas e melhorar a situação da sociedade. Para isso, é necessária uma ampla interação entre o Estado e a sociedade, uma vez que a política é pública e não apenas governamental (Aguilar, 2010).

Nesse contexto, segundo Méndez (2010), a definição de política pública está relacionada a um problema que pode ser amenizado ao ser considerado um conceito mais amplo, abrangendo elementos destacados pela literatura, nos quais quase todas as definições incluem

<sup>5</sup> Uma revisão sistemática de literatura é uma forma de pesquisa que vai além da simples revisão de literatura encontrada em trabalhos acadêmicos. Ela segue protocolos específicos e busca trazer uma lógica para um amplo conjunto de documentos. Este tipo de pesquisa requer uma abordagem metodológica rigorosa, incluindo a delimitação clara da questão de pesquisa, a seleção cuidadosa das bases de dados relevantes, a formulação de uma estratégia de busca detalhada, a seleção criteriosa dos documentos a serem incluídos na análise e a sistematização dos resultados obtidos (Galvão; Ricarte, 2020).

<sup>6</sup> O conceito de Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social, segundo Arretche (1995), refere-se a um conjunto de instituições e políticas públicas voltadas à garantia de bem-estar da população, por meio da provisão de serviços sociais universais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Sua emergência e desenvolvimento estão ligados a diferentes contextos históricos, arranjos institucionais e coalizões políticas, sendo interpretados por distintas correntes teóricas que explicam sua origem e variações conforme o tipo de regime adotado pelos Estados nacionais.

ação governamental voltada para o cumprimento de determinados objetivos. Vale ressaltar que tanto a intervenção quanto a falta de intervenção do governo para resolver determinado problema são casos de políticas públicas.

A disciplina de políticas públicas foi influenciada pelas ideias de Lasswell e surgiu nos Estados Unidos, no século 20, como uma forma de compreender como as decisões do Estado são tomadas, se o conhecimento orienta a deliberação decisória e em que medida. De maneira geral, as políticas públicas são consideradas multidisciplinares e interdisciplinares e estão inseridas no âmbito das ciências políticas. Logo, para identificar a adequação causal das políticas públicas, é necessário compreender seus propósitos, como a efetividade da direção estatal, que só é possível por meio da adoção do conhecimento científico (Capella, 2015).

O aprofundamento do estudo das políticas públicas pela comunidade acadêmica baseia-se não na legitimidade política do governante ou em sua institucionalidade, mas na inteligência e eficácia de suas decisões. Isso requer que os governantes tenham conhecimento para alcançar resultados e benefícios sociais mais do que apenas legitimidade. Dessa forma, é uma demanda justa da sociedade que os governos ajam de maneira impecavelmente pública e comprovadamente eficaz, e esse é o objetivo fundamental da análise, formulação e execução das políticas públicas. Neste intento, as ações do Estado precisam ter uma dupla dimensão: política e técnica, ou seja, um componente normativo e outro técnico-científico (Aguilar, 2010).

Para que uma política pública seja efetivamente estabelecida, é necessário analisar seu ciclo de operação, que envolve ações anteriores e posteriores à sua formulação, abrangendo cinco estágios: (1) a “definição da agenda” que é um processo social e político no qual uma situação na vida social é qualificada e reconhecida como um problema público. Isso requer que o Estado busque soluções por meio da formulação de políticas públicas. Assim, com base nos temas prioritários da agenda pública, o Estado mobiliza recursos e formula políticas para responder às demandas da sociedade; (2) a “definição do problema” público envolve a identificação dos elementos distintivos e socialmente prejudiciais, bem como suas causas e efeitos, a fim de embasar a formulação da política pública; (3) a “construção de opções” (ou tomada de decisão), que é necessária para resolver o problema público e planejar ações consideradas apropriadas para a realidade social em questão; (4) o processo de “implementação” da política, que envolve o planejamento das ações de comunicação para informar, explicar, esclarecer, justificar e defender a política pública, definida pelos formuladores de políticas e para alcançar o público interessado no assunto; (5) por último, ocorre a “avaliação” da política pública, com o objetivo de obter um panorama da política em andamento, seu grau de institucionalização, identificar o que precisa ser corrigido em termos técnicos e melhorar sua operacionalização. Dessa forma, são feitas as alterações necessárias na política e inicia-se um novo ciclo (Aguilar, 2010).

Ao analisar as políticas públicas, Majone (2010) faz uma crítica aos erros que ocorrem no progresso econômico e que poderiam ser evitados se considerassem evidências óbvias, ideias e conceitos básicos. As imprecisões nas análises de políticas estão vinculadas à visão convencional, que se origina de uma perspectiva inapropriada sobre políticas e análises de políticas, as quais devem ser encaradas como assessorias aos formuladores de políticas públicas para atingir a fase de tomadas de decisão.

É importante ressaltar a participação direta dos cidadãos na elaboração de políticas públicas. Sem dúvida, nesse cenário ocorre um aprimoramento no design, na efetivação e nos resultados. É importante considerar, no entanto, que, em certos casos, a participação direta da sociedade civil pode não ser desejável ou viável em sua totalidade. De modo geral, as políticas públicas podem ser categorizadas como *top-down* (elaboradas de cima para baixo) ou *bottom-up* (originadas a partir de demandas de baixo para cima) (Sáenz, 2010).

De qualquer forma, para que as políticas públicas possam progredir é fundamental que sejam avaliadas ao longo de seu ciclo de vida, a fim de subsidiar as decisões dos gestores públicos e de elaboradores de políticas públicas (*policy makers*) para garantir a transparência dos recursos disponibilizados e a qualidade dos serviços prestados à sociedade (Oliveira, 2012). A avaliação contínua permite identificar sucessos e desafios, bem como ajustar e aprimorar as políticas em vigor.

Em resumo, as políticas públicas constituem importante instrumento para enfrentar os desafios sociais e promover a melhoria das condições de vida da população. Elas envolvem um conjunto de ações intencionais e causais dos entes federais, estaduais e municipais, orientadas para resolver problemas e alcançar objetivos de interesse público. Para que sejam eficazes as políticas públicas devem ser embasadas em conhecimento científico, considerar a participação da sociedade civil e passar por um ciclo de formulação, efetivação e avaliação contínua. A busca pela eficácia e eficiência nas ações governamentais é fundamental para garantir o bem-estar social e aprimorar o funcionamento do Estado.

## METODOLOGIA

A condução metodológica deste estudo de revisão sistemática da literatura baseou-se na elaboração de um protocolo de coleta de dados. Como etapa inicial, foi realizado um levantamento por meio da plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), utilizada para o mapeamento e o acesso aos artigos selecionados. A escolha por essa base de dados justifica-se por sua natureza aberta, que garante maior acessibilidade à sociedade em geral, além de oferecer ampla disponibilidade de conteúdos técnico-científicos relevantes para a temática em análise.

As palavras-chave (*strings*) utilizadas na busca foram: “Ensino Superior” ou “Pós-Graduação”, “políticas públicas”, “internacionalização” e “Amazônia Legal”. Entre os resultados obtidos foram selecionados apenas os trabalhos que apresentavam estudos de caso vinculados aos Estados que compõem a região da Amazônia Legal, considerando um recorte temporal de dez anos, correspondente ao período de 2013 a 2022. Em 10 de janeiro de 2023 efetuou-se o levantamento, identificando-se 65 resultados. Após a aplicação de filtros, a leitura dos resumos e a exclusão de documentos duplicados com foco na proposta deste estudo, apenas nove trabalhos foram selecionados para análise, conforme o mapeamento de estudos por Estados (Quadro 2). A maioria dos estudos encontrados tinha foco em questões que abrangiam o contexto nacional como um todo, não sendo o objeto empírico proposto para esta pesquisa. Além disso, não foram encontrados trabalhos específicos referentes aos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Esses dados vão de encontro ao que relatou Rodrigues (2017) sobre a escassez de estudos sobre a internacionalização do Ensino Superior na região amazônica.

Quadro 2 – Lista de trabalhos mapeados

| Referência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Estado analisado |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| ALENCAR, T. R. S. Ensino de português como língua adicional na Universidade Federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização. <i>Revista X</i> , Curitiba, v. 13, n. 1, p. 323-350, 2018.                                                                                                                                               | Amapá            |
| DIEL, J. O.; BAMPI, A. C.; NICOLETTI, G. T.; FAZIO, M. C. Internacionalização: o caso da universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat – Brasil e a Universidade Nacional de Cuyo – Uncuyo – Argentina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 19., 2019, Florianópolis. <i>Anais [...]</i> . Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. | Mato Grosso      |
| CHAGAS, E. L. T.; SALAZAR, D. M.; NETO, J. P. Q. A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM. <i>Educação Profissional e Tecnológica em Revista</i> , v. 4, p. 190-214, 2020.                                                                                                                                                           | Maranhão         |
| ALMEIDA, S. M. C. <i>Do Maranhão para o mundo e vice-versa: Ciência sem Fronteiras como política de internacionalização do IFMA</i> . 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, MA, 2016.                                                                                                                                  | Maranhão         |
| MOREIRA, H. V.; SILVA, H. P. O Programa de Estudante – Convênio de Graduação (PEC-G), a Experiência da Casa Brasil-África e a Internacionalização na Universidade Federal do Pará. In: FREIRE et al. (org.). <i>Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul</i> . Cidade da Praia: Editora Uni-CV, 2017. p. 245-268. V. 1.                                   | Pará             |
| MILHOMEM, R. B. B. <i>Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras no Tocantins: limites, desafios e potencialidades</i> . 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2016.                                                                                                                      | Tocantins        |
| LAGE, T. S. R. <i>Políticas de internacionalização da educação superior na Região Norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras</i> . Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.                                                                                                            | Tocantins        |
| SOUSA, M. S. C.; RODRIGUES, W.; CANÇADO, A. Os rankings acadêmicos e suas relações com os ODS: estudo de caso na Universidade Federal do Tocantins. <i>Colóquio</i> , v. 19, n. 1, 2022.                                                                                                                                                                                 | Tocantins        |
| SANTOS, B. L. S. <i>Desenvolvimento da internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015)</i> . 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.                                                                                                                           | Roraima          |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em suma, é importante ressaltar que a escolha dessa região com características singulares justifica-se pela proposta de melhor entendimento da relação entre políticas públicas e internacionalização do Ensino Superior no contexto da realidade dos Estados que compõem a Amazônia Legal.

## PRINCIPAIS RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

No contexto do Estado do Amapá, um estudo realizado por Alencar (2018) analisou as ações de políticas de ensino de Português como Língua Adicional (PLA) na Universidade Federal do Amapá (Unifap) e como essas ações foram concebidas como parte da construção de políticas de internacionalização. O autor destaca que, apesar das iniciativas locais para promover o ensino do PLA, o apoio das instâncias superiores é ainda limitado.

Assim, ressalta-se que a internacionalização não deve ser apenas voltada para métricas e *rankings*, mas também deve promover o desenvolvimento formativo e resistir a abordagens mercadológicas. Os resultados, no entanto, demonstraram que as ações de PLA se concentra-

ram principalmente na atividade extensionista, com a aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros, não abrangendo grupos minoritários, como surdos, indígenas ou migrantes (refugiados ou com visto humanitário) que fazem parte da realidade do Estado. Além disso, observou-se que essas ações foram recentes e exigiram um esforço maior dos agentes sociais locais, que, muitas vezes, não encontraram o apoio necessário. As ações realizadas foram mais articuladas na esfera horizontal, dentro da própria instituição, do que na vertical, envolvendo agências de fomento, o governo e demais instituições de ensino e pesquisa.

O estudo revelou, ainda, uma concepção convencional de internacionalização focada principalmente na mobilidade estudantil e no ensino de línguas estrangeiras. A complexidade da execução de políticas de internacionalização foi destacada, assim como a necessidade de diálogo entre a esfera horizontal e a vertical, para promover a inserção e a cidadania de todos os envolvidos no processo de internacionalização das instituições de Ensino Superior.

No Estado de Mato Grosso um estudo de caso, realizado por Diel *et al.* (2019), analisou o processo de internacionalização entre a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e a Universidade Nacional de Cuyo (Uncuyo), localizada em Mendoza, Argentina. Com o objetivo de ampliar o conhecimento e adquirir novas habilidades para atender às demandas globais e contemporâneas, essas duas instituições têm intensificado suas ações de colaboração desde o ano de 2007.

A Unemat e a Uncuyo têm a expectativa de estabelecer um consórcio de universidades para o desenvolvimento de programas de internacionalização, incluindo certificações compartilhadas, criação de observatórios de gestão da internacionalização e publicação de revistas científicas internacionais. Além disso, o intercâmbio acadêmico de alunos, professores e técnicos, bem como a realização de missões institucionais de estudos, encontros e participações em eventos, são atividades que visam a promover a troca de conhecimento e a colaboração entre as instituições. A permuta de oferta de disciplinas nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, tanto presencial quanto virtualmente, também é esperada, trazendo benefícios mútuos para ambas as instituições de ensino.

A Uncuyo possui uma vasta experiência em internacionalização e desenvolve projetos como a “internacionalização em casa” para garantir oportunidades equitativas aos estudantes. Por sua vez, a Unemat busca oferecer um Ensino Superior diferenciado em várias regiões do Mato Grosso, e está investindo na estruturação do seu Escritório de Relações Internacionais. Ambas as universidades têm como objetivo fortalecer a política de internacionalização e aprimorar suas atividades acadêmicas em benefício da comunidade universitária.

Em suma, a parceria entre a Unemat e a Uncuyo representa um esforço conjunto para impulsionar a internacionalização e aprimorar as práticas acadêmicas, buscando ampliar as oportunidades educacionais e fortalecer as relações entre as instituições de ensino.

No Estado do Tocantins foram realizados três estudos relevantes, sendo um sobre *rankings* acadêmicos e dois sobre o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). O estudo de Lage (2015) concentrou-se na análise do CsF na Região Norte do Brasil, com ênfase nas peculiaridades da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e na percepção dos beneficiários e gestores dessa política pública. O estudo destacou que a Região Norte apresenta características únicas, como sua biodiversidade e desafios de desenvolvimento, enfrentando limitações em infraestrutura educacional e interação entre universidades e empresas. Além disso, a baixa densidade populacional e o isolamento geográfico dificultam o acesso a oportunidades de internacionalização.

O Programa Ciência sem Fronteiras teve um papel significativo na internacionalização da UFT, proporcionando maior mobilidade acadêmica internacional e benefícios para os alunos de baixa renda, mas durante o processo surgiram desafios, como a falta de proficiência em idiomas estrangeiros e a necessidade de aprimorar o suporte e o acompanhamento dos estudantes em sua estadia no exterior.

Tanto os beneficiários quanto os gestores destacaram as potencialidades do CsFs, incluindo o enriquecimento cultural, o desenvolvimento pessoal e a ampliação da visão de mundo. Os alunos relataram ganhos em independência, crescimento pessoal e aprimoramento de habilidades, como respeito, tolerância e organização. Por ora, é importante ressaltar que o programa apresentou fragilidades que merecem atenção especial, principalmente no que diz respeito à proficiência em línguas estrangeiras. Além disso, é necessário abordar o baixo número de bolsistas contemplados na modalidade de Pós-Graduação, tanto na UFT quanto nas outras universidades federais da Região Norte do país.

É essencial enfrentar essas fragilidades, em particular a dificuldade com a língua estrangeira, que se mostrou um obstáculo para a participação e o sucesso dos estudantes no Programa. Aprimorar a preparação dos alunos antes de sua ida ao exterior, oferecer treinamento, monitoramento e acompanhamento adequados durante sua experiência, assim como garantir um retorno mais efetivo e aproveitamento de disciplinas após a conclusão do CsF, são aspectos que requerem atenção e melhorias.

Em resumo, o CsF teve um impacto significativo na UFT, trazendo benefícios aos alunos e contribuindo para a internacionalização da instituição. Por outro lado, é necessário enfrentar os desafios e fragilidades identificados, como a falta de proficiência em idiomas estrangeiros, a fim de aprimorar o programa e garantir uma realização mais eficaz e equitativa.

Por sua vez, o estudo de Milhomem (2016) buscou compreender o Programa Ciência sem Fronteiras no Estado do Tocantins, focando na modalidade de Graduação-sanduiche. O estudo identificou contribuições e limitações decorrentes do estabelecimento do programa, além de propor recomendações para melhorias. A análise dos editais do CsF revelou avanços e melhorias ao longo do tempo. Os participantes destacaram, porém, diversas limitações, como problemas de comunicação entre agências de fomento e bolsistas, ausência de diálogo entre gestores nacionais e coordenadores institucionais, falta de participação dos gestores locais no planejamento nacional, insuficiente preparação e acompanhamento adequados dos bolsistas, dentre outros desafios.

Apesar das limitações, os participantes relataram que a experiência no CsF vai além da formação acadêmica, abrangendo também o desenvolvimento pessoal e profissional, além de possibilitar contribuições científicas para a sociedade. Embora existam desafios a serem enfrentados, a execução das recomendações pode contribuir para a melhoria do Programa, que desempenha um papel importante na formação dos estudantes brasileiros.

Em relação aos *rankings* acadêmicos, Sousa, Rodrigues e Cançado (2022) destacaram a importância da proliferação desses *rankings* como forma de avaliar a qualidade do ensino, mas ressaltaram a necessidade de considerar métricas alternativas que analisem o desempenho das universidades em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De qualquer forma, afastando-se das métricas tradicionais de produtividade, surgiu o *Times Higher Education Impact Rankings*, que avalia o desempenho das universidades a partir de atividades de extensão

em relação ao cumprimento das metas dos ODSs, oferecendo uma alternativa de avaliação para as universidades que recebem menores recursos ou estão localizadas em regiões pouco desenvolvidas e mais desiguais. Mesmo, contudo, com a introdução desse *ranking* fundamentado nas metas da Agenda 2030, as universidades da Região Norte do Brasil permanecem à margem, enfrentando desafios para canalizar todos os esforços na promoção de ações alinhadas ao desenvolvimento regional. Isso é especialmente evidente diante das significativas disparidades socioeconômicas e tecnológicas que caracterizam a região.

Ainda assim, a UFT está em processo de inclusão em alguns *rankings* acadêmicos, incluindo o *Times Higher Education Impact Rankings*. Sua recente inclusão nesse *ranking* dos ODSs pode proporcionar resultados mais promissores do que em outras classificações acadêmicas. Isso deve-se à realização de ações que promovem a inclusão de indígenas e quilombolas em suas políticas de ações afirmativas educacionais, por exemplo. Essas ações refletem uma forma de reduzir as assimetrias entre as universidades brasileiras e impulsionar a erradicação da pobreza, que é o princípio orientador da agenda 2030 da ONU, com foco na sustentabilidade. É necessário, portanto, promover ações que melhorem as condições de vida da população, especialmente em regiões com aguçada desigualdade, o que pode ter um impacto significativo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No contexto do Maranhão foram mapeados dois estudos que tiveram como foco analisar a realidade dos Institutos Federais e sua relação com o processo de internacionalização. No campo da educação profissional e tecnológica a internacionalização tem o potencial de superar a histórica dualidade entre educação geral e ensino profissional, buscando uma formação ampliada do indivíduo em suas diversas dimensões. Foi observado que entre os anos de 2011 e 2016 ocorreu o auge da internacionalização nos Institutos Federais, com a criação de Assessorias de Relações Internacionais e Centros de Línguas (Almeida, 2016; Chagas; Salazar; Neto, 2020).

Um dos estudos mapeados, conduzido por Chagas, Salazar e Neto (2020), analisou a internacionalização da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam). No Ifam foram promovidos seminários de sensibilização para ações de internacionalização, além da aplicação de testes de proficiência, com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica nos editais de mobilidade internacional. A maior participação ocorreu no CsF. Os autores destacam, todavia, que essa experiência também revelou as vulnerabilidades do país em desenvolvimento, como a ausência de políticas linguísticas voltadas para o estudo de línguas estrangeiras naquele momento. A reflexão dos autores é que, quando se conhece outra cultura, estrutura de ensino, língua e abordagem educacional, é mais provável que o indivíduo seja capaz de mudar sua própria realidade e a da sociedade. Ao oficializar diretrizes para a internacionalização da educação profissional no Ifam, verificou-se que essas diretrizes contribuíram para a formação humana dos estudantes beneficiários.

É imperativo, no entanto, refletir se as políticas de internacionalização instituídas no Ifam efetivamente promovem a formação humana integral dos estudantes. Em outras palavras, é fundamental verificar se as diretrizes estabelecidas nas normativas concretizam-se na vivência daqueles que participam das ações de internacionalização. Este questionamento é relevante e demanda investigações adicionais, especialmente ao considerar a perspectiva dos alunos, intercambistas e demais envolvidos no processo. Essas pesquisas adicionais visariam a avaliar se a internacionalização da educação profissional e tecnológica abrange, de fato, a formação integral do indivíduo, alinhada aos princípios da educação politécnica.

Outro estudo mapeado foi o de Almeida (2016), que teve como objetivo analisar os aspectos políticos, científicos e formativos do Programa Ciência sem Fronteiras no *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma)*, nos anos de 2012 a 2015. Foi constatado que, nesse período, houve uma intensificação do processo de internacionalização institucional por meio do CsF, mas de forma desorganizada. Em relação aos estudantes beneficiários, as principais contribuições foram de ordem pessoal, cultural e linguística. Os desafios para a internacionalização do Ifma, contudo, estão relacionados à dependência de iniciativas governamentais, à priorização de convênios com países do eixo Norte, aos altos custos da mobilidade acadêmica, aos baixos níveis de proficiência em línguas estrangeiras dos servidores e estudantes, às dificuldades para atrair pesquisadores e, principalmente, à forma passiva e desarticulada como a internacionalização ainda ocorre.

A cooperação internacional é vista como um instrumento fundamental para resolver problemas econômicos, sociais, culturais e também humanitários. No Estado do Pará, Moreira e Silva (2017) analisaram a situação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) no cenário geral da Universidade Federal do Pará (Ufpa), com vistas ao processo de acolhimento e acompanhamento dos alunos africanos na universidade a partir da experiência da Casa Brasil-África. O PEC-G é considerado o maior instrumento de internacionalização da Ufpa ao receber uma parcela significativa de alunos estrangeiros. Esta iniciativa contribuiu para a redução das desigualdades sociais, além de ser um instrumento em potencial de influência da educação, da ciência e da cultura brasileira em âmbito global.

A região amazônica tem despertado grande interesse internacional, atraindo estudantes e pesquisadores de diversos países. A Ufpa recebeu um quantitativo significativo de estudantes estrangeiros, principalmente provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e da África. Estes são predominantemente homens jovens, cujos pais possuem alto nível de escolaridade, porém baixa renda e muitos dependentes. Eles buscam, principalmente, cursos na área da saúde e tecnologia e dependem do apoio institucional para garantir o próprio sustento e sucesso acadêmico. Do mesmo modo, no entanto, que outros grupos de estudantes, como quilombolas, indígenas e minorias sociais, os estrangeiros supracitados enfrentam a falta de políticas de acompanhamento e diversas formas de discriminação durante sua estadia no país.

O intercâmbio acadêmico é considerado um dos aspectos fundamentais da cooperação internacional, todavia lidar com a internacionalização vai além das políticas de circulação de pessoas e cooperação entre países; também envolve as relações sociais, identitárias e culturais dos indivíduos e suas famílias, que podem enfrentar desafios, como isolamento, discriminação e conflitos (Moreira; Silva, 2017).

No contexto do PEC-G/Ufpa, de acordo com Moreira e Silva (2017), havia a necessidade de uma avaliação geral para verificar se o programa estava atingindo os objetivos de formar profissionais qualificados para atender às necessidades de seus países de origem.

A universidade tem o papel de promover uma formação humanista que minimize a exclusão e reduza as desigualdades. Há, porém, desafios a serem superados, como a necessidade de melhorar o acolhimento institucional, fornecer suporte adequado aos estudantes estrangeiros, combater a xenofobia e o racismo cultural e institucional, além de garantir a institucionalização e a infraestrutura adequada para a Casa Brasil-África. Com isso, é necessário que

a universidade adote ações de recepção, acolhimento, orientação e acompanhamento para que os estudantes estrangeiros possam alcançar seus objetivos acadêmicos e contribuir para a produção de conhecimento, com promoção de uma sociedade global mais inclusiva e respeitosa para com a diversidade humana (Moreira; Silva, 2017).

Em Roraima, Santos (2017) investigou a internacionalização da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e identificou um padrão de desenvolvimento externo, reativo e passivo, com uma grande dependência de programas e convênios internacionais propostos por instituições parceiras. Além disso, foram observadas lacunas institucionais significativas no que se refere à recepção de estrangeiros e ao envio da comunidade acadêmica ao exterior. A pesquisa ressalta a importância de aprofundar os debates sobre a internacionalização das universidades brasileiras, visando a compreender o fenômeno, seu conceito e características, respondendo questionamentos como “por que internacionalizar?” e “para quem internacionalizar?”.

A internacionalização das universidades oferece oportunidades para integração, cooperação técnico-científica e intercâmbio cultural entre diferentes povos e saberes, além de criar um ambiente institucional e acadêmico mais globalizado. A UFRR, no entanto, ainda enfrenta desafios para direcionar adequadamente seus esforços e promover uma internacionalização efetiva, especialmente devido à escassez de recursos e à limitada capacidade política e administrativa. Os resultados da pesquisa também destacam as estratégias de internacionalização adotadas pela UFRR, como a cooperação entre professores de diferentes instituições de Ensino Superior e a mobilidade acadêmica por meio de convênios internacionais. Essas estratégias ainda são limitadas e dependem da participação de outras instituições estrangeiras. Além disso, a pesquisa identificou a necessidade de fortalecer as políticas de internacionalização nas fronteiras vizinhas, como Venezuela e Guiana, e de aprimorar a infraestrutura e os serviços de apoio aos estudantes estrangeiros. Em resumo, o estudo revelou que a UFRR enfrenta desafios na internacionalização, mas também oferece sugestões para aprimorar sua estratégia e melhorar a gestão administrativa, buscando uma internacionalização mais efetiva e alinhada às necessidades da instituição.

Os estudos de Lage (2015), Alencar (2018) e Diel *et al.* (2019), analisados nesta revisão sistemática, destacam a necessidade de desenvolver políticas de internacionalização específicas para a região amazônica, considerando sua distância geográfica dos centros de poder econômico e político, que, no caso brasileiro, são as Regiões Sul e Sudeste. Essa realidade impõe restrições à execução de iniciativas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior, dado que a região se encontra à margem das políticas públicas, como apontado pelos supracitados autores analisados neste estudo. Com isso, comparar essa região com outras brasileiras apenas por meio de métricas seria inadequado, uma vez que isso reflete uma perspectiva global que enxerga a internacionalização principalmente como um meio mercadológico. Segundo Almeida (2016, p. 7),

[...] as políticas para a educação superior, nem de longe, se fazem neutras ou unilaterais. Ao contrário, em tempos de intensa globalização, elas se pautam na defesa da hegemonia de áreas do conhecimento de aplicabilidade lucrativa, da acessibilidade massificada, da expansão precarizada e da internacionalização subordinada aos países desenvolvidos.

Um exemplo da disparidade no financiamento de políticas de internacionalização no Ensino Superior entre as regiões brasileiras é o caso do CsF, no qual a Região Sudeste recebeu um maior número de bolsas em comparação com a Região Norte. Até o ano de 2015 apenas

7,77% das bolsas disponibilizadas foram destinadas à Região Norte, o que não condiz com sua extensão territorial (Lage, 2015).

O CsF foi considerado a política pública mais estudada no contexto da internacionalização do Ensino Superior brasileiro (Lage, 2015; Milhomem, 2016). Apesar das críticas recebidas, houve avanços significativos propiciados pela mesma. Pode-se inferir que essa política foi a que mais contribuiu para a internacionalização das instituições de ensino. O programa foi criado em 2011 pelo governo de Dilma Rousseff com o objetivo de incentivar a formação acadêmica no exterior mediante a concessão de bolsas de estudo, para que os alunos pudessem participar de projetos científicos em universidades de excelência.

Em conclusão, a internacionalização nas instituições de Ensino Superior da Amazônia Legal enfrenta desafios e disparidades que demandam uma análise cuidadosa e contextualizada. Embora existam evidências de que universidades da região participam ativamente de iniciativas como o CsF e o PEC-G, o que demonstra protagonismo institucional, é evidente que persistem obstáculos relacionados a fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas, limitações demográficas e de proficiência em idiomas estrangeiros. Esses elementos influenciam diretamente o acesso e o aproveitamento das políticas públicas de internacionalização, mas não configuram necessariamente uma marginalização explícita da região no âmbito dessas políticas.

É fundamental, portanto, que políticas públicas específicas para a Amazônia Legal sejam desenvolvidas considerando suas particularidades e desafios, promovendo estratégias que valorizem a diversidade cultural e social, fortaleçam a cooperação internacional e incentivem o desenvolvimento regional. Somente assim será possível garantir uma participação equitativa no cenário global da educação superior, fomentando a inclusão, o intercâmbio de conhecimento e a formação integral dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e colaborativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os estudos sobre a internacionalização do Ensino Superior na região amazônica, fica evidente a escassez de pesquisas nesse contexto, destacando a necessidade premente de investimentos adicionais em investigações para impulsionar a internacionalização na região. Esta lacuna de estudos ressalta a urgência de ampliar pesquisas que possam embasar as decisões dos gestores públicos e dos *policy makers* na formulação ou ajustes de políticas públicas. É crucial enfrentar as especificidades desta região, marcada pela exclusão socioeconômica e científica em comparação a outras regiões do Brasil, principalmente o Sul e o Sudeste.

Essa realidade demanda medidas precisas e específicas que possibilitem o desenvolvimento de ações eficazes, levando em consideração o ambiente competitivo em que a educação superior brasileira está inserida, especialmente no que se refere à internacionalização. Assim, é imperativo avaliar criticamente como as políticas públicas existentes impactam de fato a promoção da internacionalização nas universidades da região amazônica. Apesar da importância das políticas públicas, é evidente que a efetividade delas pode ser comprometida por desafios estruturais, como a falta de profissionais capacitados para liderar os PPGs. Esse descompasso entre as políticas e a realidade da infraestrutura das universidades pode ser um fator limitante para o alcance dos objetivos propostos. Infere-se, neste estudo, que o acesso às

políticas públicas pelas universidades pode reduzir as assimetrias na região amazônica brasileira e, com isso, potencializar a internacionalização do Ensino Superior regional.

É importante destacar, no entanto, que a efetividade das políticas de internacionalização depende de uma série de fatores, como a infraestrutura das instituições de ensino, o apoio financeiro adequado, a qualificação dos docentes e pesquisadores, bem como a capacitação dos envolvidos nos processos de convênios e relações internacionais da universidade, a integração das atividades de internacionalização ao currículo acadêmico, o reconhecimento e a valorização das experiências internacionais na carreira dos profissionais, dentre outras variáveis. Essas lacunas revelam que as políticas públicas, por si só, ainda não estão adequadas à realidade da Amazônia Legal, pois o desafio reside, também, na efetivação eficaz dessas políticas.

Além disso, é necessário considerar as desigualdades regionais e socioeconômicas presentes no país como forma de garantir que as oportunidades de internacionalização sejam acessíveis aos beneficiários de diferentes origens e regiões, evitando a concentração de recursos e benefícios em determinadas áreas geográficas ou instituições.

É preciso desenvolver estratégias para lidar com os desafios e obstáculos enfrentados pelos estudantes e pesquisadores durante o período em que estiverem fora do país de origem, como as dificuldades com o idioma, a adaptação a uma nova cultura, a ausência de suporte emocional e a falta de reconhecimento acadêmico das atividades realizadas no exterior, cita-se como exemplo o caso do CsF.

O então Programa Ciência sem Fronteiras representou uma política pública inovadora no cenário brasileiro, que impulsionou a internacionalização do Ensino Superior no país. É considerada a principal iniciativa nesse âmbito, tendo contribuído para o enriquecimento cultural e a aquisição de conhecimentos por parte de seus beneficiários. Destaca-se o expressivo número de bolsas oferecidas para a mobilidade internacional. Observou-se, porém, grande discrepância entre as regiões brasileiras no que diz respeito à distribuição dessas bolsas, com predominância de universidades da Região Sudeste em comparação com os demais Estados. Outro empecilho identificado foi o baixo nível de proficiência linguística, que eliminou a possibilidade de inclusão no programa dos estudantes com menor renda e sem acesso a cursos de idiomas. A partir desta realidade, é fundamental aprimorar as ações do CsF para que seus objetivos sejam efetivamente alcançados, levando em consideração a realidade que permeia os estudantes e suas regiões de origem.

Diante disso, é substancial que as políticas nacionais de internacionalização sejam constantemente revisadas e aprimoradas, levando em conta as necessidades e demandas das Instituições de Ensino Superior, dos estudantes, dos pesquisadores e da sociedade como um todo, especialmente considerando as recentes mudanças nas avaliações dos Programas de Pós-Graduação pela Capes e as demandas advindas do processo de globalização. Certamente a internacionalização do Ensino Superior brasileiro não deve ser encarada apenas como uma meta a ser atingida, mas, sim, como um processo contínuo em busca da excelência acadêmica. Esse caminho deve considerar, também, a riqueza da diversidade cultural e priorizar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, possibilitando a exploração dos benefícios e das oportunidades que a internacionalização pode oferecer.

Os estudos analisados revelam, portanto, que a internacionalização, no contexto da região da Amazônia Legal, apresenta desafios significativos devido à distância geográfica dos centros

de poder, resultando em disparidades no financiamento e na execução de políticas de internacionalização. As pesquisas ressaltam a necessidade de desenvolver estratégias específicas para a região, considerando suas características e realidades regionais. A título de exemplo, cita-se a cooperação internacional entre universidades de países vizinhos e a elaboração de políticas públicas específicas que atendam a região. Além disso, é fundamental promover uma internacionalização que vá além dos *rankings* que se baseiam em métricas, mas busque primordialmente o desenvolvimento formativo dos estudantes e resista a interesses quando forem unicamente mercadológicos. É importante considerar, também, a inclusão dos grupos minoritários e marginalizados, garantindo a equidade no acesso às oportunidades de internacionalização, ao levar em conta a criação de políticas públicas baseadas em evidências e com enfoque *bottom-up* dos públicos da Amazônia Legal. Para alcançar esses objetivos é necessário fortalecer a cooperação entre instituições de ensino, agências de fomento e governos, bem como investir em infraestrutura, capacitação e suporte adequados para os atores partícipes do processo de internacionalização. Esta deve ser concebida como um processo abrangente e transformador, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, V. L. F. *Política pública*. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- ALENCAR, T. R. S. Ensino de português como língua adicional na universidade federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização. *Revista X*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 323-350, 2018.
- ALMEIDA, S. M. C. *Do Maranhão para o mundo e vice-versa: Ciência sem Fronteiras como política de internacionalização do IFMA*. 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2016.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. Visión panorámica de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. *Perfiles Educativos*, v. 28, n. 112, p. 13-39, 2007.
- ARRETCHE, M. T. S. *Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas*. São Paulo: BIB, 1995.
- BORGES, G. R.; AMAL, M. Internacionalização de cursos stricto Sensu: uma investigação sobre a distância psíquica e as práticas adotadas. *Revista Gestão Universitária da América Latina*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 260-281, 2016.
- BRENNAN, J.; KING, R.; LEBEAU, Y. *The role of universities in the transformation of societies*. London: Association of Commonwealth Universities and The Open University, 2004.
- CABRAL, T. L. O.; SILVA, F. C.; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A. A Capes e suas sete décadas: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 16, n. 36, p. 1-22, 2020.
- CAPELLA, A. C. N. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. Unicamp*, v. 6, n. 2, p. 13-34, 2015.
- CHAGAS, E. L. T.; SALAZAR, D. M.; NETO, J. P. Q. A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 4, nº Especial, p. 190-214, 2020.
- DIEL, J. O.; BAMPI, A. C.; NICOLETTI, G. T.; FAZIO, M. C. Internacionalização: o caso da universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat – Brasil e a Universidade Nacional de Cuyo – Uncuyo – Argentina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 19., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.
- FEIJO, R. N. Processos de internacionalização das ciências sociais no Brasil: dos intercâmbios transnacionais às políticas da Capes para a Pós-Graduação. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU, 16., 2016, Arequipa. *Anais [...]*. Arequipa, Peru, 2016.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2020.
- GOERGEN, P. L. A internacionalização dos programas de Pós-Graduação. *Espaço Pedagógico*, v. 19, p. 247-257, 2012.

- LAGE, T. S. R. *Políticas de internacionalização da educação superior na Região Norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras*. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2015.
- LUCE, M. M.; FAGUNDES, C. V.; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. *Avaliação*, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016.
- MAJONE, G. Los usos del análisis de políticas. In: AGUILAR, V. L. F. (org.). *Política pública*. México: Siglo XXI Editores, 2010. p. 94-114.
- MÉNDEZ, J. L. La política pública como variable dependiente: hacia un análisis más integral de las políticas públicas. In: AGUILAR, V. L. F. (org.). *Política pública*. México: Siglo XXI Editores, 2010. p. 115-150.
- MILHOMEM, R. B. B. *Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras no Tocantins: limites, desafios e potencialidades*. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2016.
- MOREIRA, H. V.; SILVA, H. P. O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), a Experiência da Casa Brasil-África e a Internacionalização na Universidade Federal do Pará. In: FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra et al. (org.). *Educação superior, desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul*. Cidade da Praia: Editora Uni-CV, 2017, p. 245-268. V. 1.
- OLIVEIRA, M. E. R. *Avaliação do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, como uma política pública de fomento a disseminação do conhecimento científico*. 2012. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- SÁENZ, R. C. Políticas públicas: más allá del pluralismo y la participación ciudadana. In: AGUILAR, V. L. F. (org.). *Política pública*. México: Siglo XXI Editores, 2010. p. 151-172.
- SILVA, M. A. R. Introdução. In: SILVA, M. A. R.; SANTUARIO, A. A. (org.). *Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento: desafios e dimensões contemporâneas no Brasil e no México*. Palmas: EDUFT, 2019.
- TOSTA, H. T.; STALLIVIERI, L.; TOSTA, K. C. B. T. A internacionalização da educação superior: descrição do processo em curso na Universidade Federal da Fronteira Sul. *Sinergia*, Rio Grande, v. 20, n. 2, p. 35-46, 2016.
- RODRIGUES, W. Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência da Pós-Graduação na Amazônia Legal brasileira. *RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 14, p. 1-23, 2017.
- RODRIGUES, W.; RODRIGUES, E. Análise da ambiência institucional de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal. *Amazônia*, v. 9, p. 135-150, 2013.
- STEIN, S.; ANDREOTTI, V. Cash, competition or charity: international students and the global imaginary. *Higher Education*, v. 1, n. 72, p. 225-239, 2015.
- SANTOS, B. L. S. *Desenvolvimento da internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015)*. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Boa Vista, 2017.
- SOUSA, M. S. C.; RODRIGUES, W.; CANÇADO, A. Os rankings acadêmicos e suas relações com os ODS: estudo de caso na Universidade Federal do Tocantins. *Colóquio*, v. 19, n. 1, p. 281-292, 2022.

#### Autor Correspondente

Diego Neves de Sousa

Embrapa Pesca e Aquicultura.

Prolongamento da Av. NS 10, cruzamento com a Av. LO 18 Sentido Norte Loteamento – Água Fria, Palmas/TO, Brasil. CEP 77008-900

diegocoop@hotmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.

